CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 710/2026

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 — Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 — Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Lei Federal nº 13.018, de 22 de julho de 2014 — Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências.

Lei Federal nº 13.663, de 14 de maio de 2018 — Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.

Lei Federal nº 14.835, de 4 de abril de 2024 — Institui o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura, para garantia dos direitos culturais, organizado em regime de colaboração entre os entes federativos para gestão conjunta das políticas públicas de cultura.

Lei Federal nº 14.903, de 27 de junho de 2024 — Estabelece o marco regulatório do fomento à cultura no âmbito da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Lei Estadual nº 10.247, de 22 de outubro de 1968 — Dispõe sobre a competência, organização e funcionamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado.

Lei Estadual nº 10.294, de 3 de dezembro de 1968 — Dispõe sobre o amparo à cultura, em cumprimento ao artigo 127 da Constituição do Estado, e dá outras providências.

Lei Estadual nº 10.948, de 5 de novembro de 2001 — Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual.

Matéria DSP 14296/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 16/09/2026 e juntado ao PL 710/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=764262.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Estadual nº 15.082, de 10 de julho de 2013 — Altera a Lei nº 10.948, de 5 de novembro de 2001, que dispõe sobre as penalidades aplicáveis à prática de discriminação em razão de orientação sexual.

Lei Municipal nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985 — Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo.

Lei Municipal nº 10.236, de 16 de dezembro de 1986 — Altera dispositivos da Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 12.118, de 28 de junho de 1996 — Dispõe sobre o Projeto de Relações de Gênero nas escolas públicas do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 12.617, de 4 de maio de 1998 — Incorpora ao currículo das escolas da Rede Municipal de Ensino de 1º Grau a área de conhecimento “Cidade-Cidadania” e dá outras providências.

Lei Municipal nº 12.786, de 7 de janeiro de 1999 — Institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Dia do Orgulho Gay.

Lei Municipal nº 13.540, de 24 de março de 2003 — Institui o Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais – VAI, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.454, de 27 de junho de 2007 — Consolida a legislação municipal sobre a denominação e a alteração da denominação de vias, logradouros e próprios municipais, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.661, de 27 de dezembro de 2007 — Altera dispositivos da Lei nº 13.766, de 21 de janeiro de 2004, para dispensar os servidores públicos municipais e seus dependentes da contribuição mensal devida ao Hospital do Servidor Público Municipal e definir os beneficiários da assistência prestada pela autarquia.

Lei Municipal nº 14.957, de 16 de julho de 2009 — Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao bullying escolar no projeto pedagógico das escolas públicas de educação básica do Município de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.764, de 27 de maio de 2013 — Dispõe sobre a criação e alteração da estrutura organizacional das Secretarias Municipais, cria cargos de provimento em comissão e dá outras providências.

Matéria DSP 14296/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 16/09/2026 e juntado ao PL 710/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=764262.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Municipal nº 15.897, de 8 de novembro de 2013 — Altera a Lei nº 13.540, de 24 de março de 2003, para instituir duas modalidades do Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais – VAI, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.900, de 11 de novembro de 2013 — Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia Municipal de Combate à Homofobia, Lesbofobia e Transfobia, a ser comemorado em 17 de maio.

Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014 — Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430, de 13 de setembro de 2002.

Lei Municipal nº 16.184, de 23 de abril de 2015 — Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo o Festival Mix Brasil de Cultura da Diversidade.

Lei Municipal nº 16.755, de 13 de novembro de 2017 — Institui, no Município de São Paulo, o Dia da Visibilidade Lésbica e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.301, de 24 de janeiro de 2020 — Dispõe sobre as sanções administrativas aplicáveis às práticas de discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero.

Lei Municipal nº 18.341, de 28 de novembro de 2025 — Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário Oficial do Município de São Paulo o Dia Municipal da Visibilidade Trans e Travesti, a ser celebrado em 29 de janeiro.

710/2026 Institui o Inventário da Memória LGBTQIA+ Paulistana, destinado à identificação, ao registro e à sinalização de referências culturais relacionadas à memória e à história da população LGBTQIA+ na cidade de São Paulo, e dá outras providências.

684/2026 Institui a Política Municipal de Promoção do Direito à Moradia para a População LGBTQIAPN+ no Município de São Paulo e estabelece reserva de unidades habitacionais para pessoas LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade social e habitacional.

683/2026 Institui a Política Municipal de Acolhimento, Proteção e Autonomia da População LGBTQIAPN+ em Situação de Rua e Vulnerabilidade Social e estabelece diretrizes para sua implementação no Município de São Paulo.

Matéria DSP 14296/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 16/09/2026 e juntado ao PL 710/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=764262.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

682/2026 Institui a Política Municipal de Inclusão Socioprofissional da População LGBT em situação de vulnerabilidade e estabelece diretrizes para sua articulação com a Estratégia Municipal de Inclusão Profissional Assistida, e dá outras providências.

668/2026 Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário Oficial do Município de São Paulo o "Dia Municipal pela Despatologização das Identidades Trans", a ser comemorado anualmente no dia 22 de outubro, e dá outras providências.

661/2026 Institui o "Mês Municipal das Mulheres na Arte" no Município de São Paulo e dá outras providências.

522/2026 Institui a Política Municipal de Fomento às Paradas LGBTQIA+ no Município de São Paulo.

520/2026 Institui o Selo Unidade Básica Amiga da População LGBTQIA+ no Município de São Paulo, destinado ao reconhecimento de boas práticas de acolhimento, atendimento humanizado e promoção da saúde integral da população LGBTQIA+.

497/2026 Institui o Programa Municipal Fomento Favela com Orgulho, destinado ao apoio, incentivo e fortalecimento de Paradas, Marchas e Caminhadas LGBTQIA+, bem como de iniciativas de promoção da cidadania e dos direitos da população LGBTQIA+, realizadas em territórios periféricos, comunidades e favelas do Município de São Paulo, e dá outras providências.

424/2026 Institui a Feira Literária "Flip da Quebrada" nos Centros Educacionais Unificados – CEUs, nas periferias do Município de São Paulo, e dá outras providências.

341/2026 Institui o Programa Municipal de Fomento à Capoeira: Salvaguarda, Difusão Cultural e Inclusão Racial, e dá outras providências.

303/2026 Institui o "Programa Saúde Mental da Juventude Negra na Escola", que estabelece diretrizes e ações de enfrentamento aos impactos do racismo na saúde mental de crianças e adolescentes de comunidades escolares.

291/2026 Cria o Programa Mulheres na Cultura no âmbito do Município de São Paulo.

172/2026 Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário Oficial do Município de São Paulo o "Dia Municipal de Enfrentamento ao Transfeminicídio – Lei Laura Vermont", a ser comemorado anualmente no dia 20 de junho, e dá outras providências.

Matéria DSP 14296/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 16/09/2026 e juntado ao PL 710/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=764262.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

168/2026 Cria o Museu da Cultura Lésbica de São Paulo, dedicado à valorização da memória e da comunidade lésbica do município, e dá outras providências.

159/2026 Institui reserva obrigatória de vagas para mulheres em cargos comissionados e funções de confiança do Poder Executivo do Município de São Paulo, e dá outras providências.

74/2026 Institui a Política Municipal de Enfrentamento ao Transfeminicídio – PMET.

70/2026 Institui o Programa Municipal de Educação e Empregabilidade para Pessoas Trans e Travestis – Programa TransCidadania.

65/2026 Dispõe sobre a restrição da presença de crianças em eventos culturais, artísticos, carnavalescos, LGBTQIA+ e correlatos no Município de São Paulo que apresentem conteúdo incompatível com a classificação indicativa etária.

57/2026 Institui o Protocolo de Enfrentamento à Violência Obstétrica contra Pessoas Transmasculinas na cidade de São Paulo.

32/2026 Institui a Política Municipal de Enfrentamento ao HIV/Aids e às ISTs em Favelas e Demais Áreas de Vulnerabilidade Socioeconômica do Município de São Paulo, e dá outras providências.

1470/2025 Institui o Programa Municipal de Enfrentamento ao Racismo – "SOS Racismo Municipal" – e dá outras providências.

1166/2025 Dispõe sobre a criação do Programa de Unidades Móveis de Cidadania LGBTQIA+ para atendimento prioritário à população idosa no Município de São Paulo e dá outras providências.

1165/2025 Dispõe sobre a criação de Núcleos de Atenção e Convivência de Pessoas LGBTQIA+ Idosas nos Centros Educacionais Unificados, Unidades Básicas de Saúde e Centros de Referência de Assistência Social localizados em regiões periféricas do Município de São Paulo, visando à promoção da saúde, cultura, proteção social e inclusão dessa população.

1099/2025 Institui diretrizes para a proteção de crianças e adolescentes no Município de São Paulo.

959/2025 Institui, no Município de São Paulo, a Campanha Municipal de Combate à Violência Política de Gênero e Raça contra a Mulher, denominada Setembro Neon, e dá outras providências.

Matéria DSP 14296/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 16/09/2026 e juntado ao PL 710/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=764262.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

912/2025 Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário Oficial do Município de São Paulo o “Dia Municipal do Enfrentamento à LGBTfobia nos Esportes”, a ser comemorado anualmente no dia 17 de junho, e dá outras providências.

877/2025 Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário Oficial do Município de São Paulo o “Dia Municipal do Campeonato Trans Muscle Brasil”, a ser comemorado anualmente no segundo domingo de junho, e dá outras providências.

814/2025 Institui o mês de Julho das Pretas no Calendário Oficial de Eventos do Município.

809/2025 Cria a Política Municipal de Promoção dos Direitos e Atenção Integral às Pessoas Idosas LGBTQIA+.

742/2025 Dispõe sobre a distribuição obrigatória de cartilhas informativas relativas aos direitos e cuidados em saúde de bebês intersexos nas maternidades públicas e privadas do Município de São Paulo.

741/2025 Institui a Política Municipal de Saúde Mental para Pessoas Trans e Travestis na cidade de São Paulo.

739/2025 Acrescenta o inciso XII à Lei nº 17.529, de 19 de novembro de 2020, para incluir, no rol de finalidades do Fundo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, o fomento de iniciativas para a inclusão de pessoas LGBTQIA+ no mercado de trabalho.

728/2025 Dispõe sobre a distribuição gratuita de absorventes higiênicos por meio de entidades da sociedade civil parceiras da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

672/2025 Dispõe sobre a requalificação urbana de espaços públicos reconhecidos como pontos históricos de resistência, convivência e sociabilidade da população LGBTQIAPN+.

671/2025 Dispõe sobre o uso póstumo do nome social de pessoas trans no Município de São Paulo, garantindo sua inclusão em certidões de óbito, documentos relacionados e demais práticas funerárias, e dá outras providências.

670/2025 Institui o Selo de Direitos Humanos e Diversidade – Xica Manicongo, destinado ao reconhecimento e fomento de iniciativas de inclusão e promoção dos direitos humanos e da diversidade.

669/2025 Institui o Programa Municipal de Empregabilidade e Inclusão Profissional de Pessoas Transexuais e Travestis, com foco na promoção da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, no Município de São Paulo.

Matéria DSP 14296/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 16/09/2026 e juntado ao PL 710/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=764262.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

656/2025 Dispõe sobre a elaboração de estatísticas sobre a violência contra a população LGBTQIAP+ no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

652/2025 Institui o Programa “Lar Transcestral” de Acolhimento de Longa Permanência para Pessoas Idosas LGBTQIA+ no Município de São Paulo e dá outras providências.

650/2025 Institui o Fundo Municipal de Promoção dos Direitos LGBTQIA+ (FUMLGBT-SP) e dá outras providências.

603/2025 Dispõe sobre a implementação de medidas especializadas voltadas ao atendimento médico, exames e vacinação de mulheres lésbicas, bissexuais e pessoas trans com útero.

562/2025 Acrescenta a expressão “Orgulho” à denominação da Praça da República, situada no centro da cidade de São Paulo, em reconhecimento à sua relevância para a população LGBTQIA+, e dá outras providências.

470/2025 Dispõe sobre a criação do Programa CATe Jovem, voltado à acessibilidade das juventudes paulistanas a vagas de trabalho digno e políticas públicas de renda e formação.

424/2025 Institui a Política Municipal de Promoção de Masculinidades Saudáveis e Antissexistas no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

418/2025 Dispõe sobre a criação do Observatório da Violência Política Digital de Gênero e/ou Raça contra Mulheres no âmbito municipal e dá outras providências.

389/2025 Dispõe sobre a garantia de reserva para pessoas transgênero e travestis de 3% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de São Paulo.

286/2025 Dispõe sobre a fixação de cartazes educativos sobre a identidade de gênero de crianças trans nos locais que especifica e dá outras providências.

284/2025 Dispõe sobre a inclusão da Semana Marielle Franco de Enfrentamento à Violência Política contra Mulheres Negras, LGBTQIAPN+, Quilombolas e Periféricas no Calendário Oficial de Eventos do Município de São Paulo.

266/2025 Institui o Programa Move Marias, que dispõe sobre a gratuidade temporária das tarifas do transporte coletivo às pessoas em situação de violência familiar e/ou doméstica e seus dependentes, no Município de São Paulo, e dá outras providências.

Matéria DSP 14296/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 16/09/2026 e juntado ao PL 710/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=764262.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

115/2025 Dispõe sobre a revogação da Portaria nº 1, de 31 de janeiro de 2024, da Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A. (Spcine), veda o estabelecimento de novos atos normativos no mesmo sentido, determina a revisão de filmes excluídos dos circuitos da Spcine e dá outras providências.

93/2025 Estabelece deveres das escolas públicas e privadas do Município de São Paulo e dá outras providências.

92/2025 Veda a reserva de vagas específicas para pessoas transgênero em concursos públicos no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

58/2025 Declara Patrimônio Cultural e Imaterial a Parada do Orgulho LGBT+ de São Paulo.

51/2025 Estabelece princípios para elaboração do Plano Municipal de Saúde do Município de São Paulo e dá outras providências.

50/2025 Dispõe sobre a realização de eventos LGBTQIA+ no Município de São Paulo.

48/2025 Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário Oficial de Eventos do Município de São Paulo a “Marcha do Orgulho Trans da Cidade de São Paulo”, a ser comemorada anualmente no dia 31 de maio, e dá outras providências.

47/2025 Altera a Lei nº 17.301, de 24 de janeiro de 2020, para vedar a destinação de recursos públicos para promoção, incentivo e fomento de projetos, instituições, empresas ou organizações que pratiquem discriminação em razão de orientação sexual ou identidade de gênero, e dá outras providências.

45/2025 Reserva às pessoas trans e travestis 5% das vagas oferecidas nos cursos e programas dos Polos de Apoio Presencial e da Universidade nos Centros Educacionais Unificados – UniCEU do Município de São Paulo, e dá outras providências.

34/2025 Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo o “Dia da Festa de Dona Maria Mulambo”, e dá outras providências.

8/2025 Estabelece a instalação de banheiro unissex em ambientes coletivos, públicos ou privados, e dá outras providências.

Matéria DSP 14296/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 16/09/2026 e juntado ao PL 710/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=764262.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

7/2025 Proíbe a realização ou custeio de tratamentos ou procedimentos hormonais e cirúrgicos para mudança de gênero em menores de dezoito anos no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

5/2025 Estabelece o sexo biológico como único critério para definição do gênero de competidores em partidas esportivas oficiais do Município de São Paulo.

750/2024 Dispõe sobre a criação do Centro de Saúde Mental e Diversidade Escolar (CSMDE) nas instituições de ensino público, dando ainda outras providências.

746/2024 Estabelece protocolo na Cidade de São Paulo para combater os crimes da Lei Federal nº 7.716/1989, incluindo protocolo específico para prevenção à violência e/ou discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero e proteção à vítima de homotransfobia.

573/2024 Dispõe sobre a criação do “Selo Cartão Vermelho contra o Assédio e Violências”, que visa coibir e educar contra práticas de assédio e intolerância no meio esportivo.

306/2024 Declara patrimônio cultural imaterial a região do Arouche, como representante da comunidade LGBTQIAPN+ de São Paulo, e dá outras providências.

117/2024 Cria protocolo para prevenção à violência e/ou discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero e para proteção à vítima de homotransfobia, e dá outras providências.

708/2023 Cria o Programa Municipal de Assistência Estudantil – PMAES, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, com a finalidade de ampliar as condições de permanência de crianças e jovens na Educação Básica no Município de São Paulo, e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Senhor Presidente.

São Paulo, 16 de setembro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 14296/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 16/09/2026 e juntado ao PL 710/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=764262.